

MÉTODO BH

**O embrião da virada
do Serviço Social**

PÁGINA 2

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS AFETA A GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO

PÁGINAS 3 e 4

O DEVER ÉTICO DA CATEGORIA EM TEMPOS DE ULTRACONSERVADORISMO

PÁGINA 5

“MÉTODO BH”: O EMBRIÃO DA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL

E MAIS...

REALIZAÇÃO:



NA LUTA PELA PREVIDÊNCIA
COMO DIREITO,
NOSSA PROFISSÃO
EXIGE RESPEITO!



DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA

drástico de renda, recebendo menos de um quarto do salário mínimo por mês. Nesses casos, qualquer ação de revisão é dramática.

“As regras são, muitas vezes, de difícil compreensão para essa população, sendo necessária a intervenção das e dos assistentes sociais. Quando não conseguimos dar as orientações sobre as formas como podem exercer seu direito, as pessoas acabam perdendo o benefício, solicitando ajuda nos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) ou pagando advogado para requerer o benefício”, pondera o profissional. A redução do tempo de atendimento, somada à redução do quadro de profissionais, gera, ainda, estresse e pressão nas e nos assistentes sociais.

A situação de desmonte também tem sobrecarregado outras políticas, especialmente a Assistência Social. O simples preenchimento de carnê para uma senhora semi-alfabetizada que paga o INSS não está mais sendo feito e, muitas vezes, a pessoa acaba recorrendo aos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) para pedir auxílio. O Serviço Social tem por competência trabalhar com os grupos que têm dificuldade de acesso à Previdência Social, algo que não vem acontecendo.

A LUTA NÃO PARA!

Desde 2017, Minas Gerais tem sido palco de inúmeros casos de assédio e pressão das e dos assistentes sociais da área, por parte de gestores locais do INSS, reflexo de um processo maior, a nível nacional, de desmonte dos serviços previdenciários com a justificativa incabível dos últimos governos de que o órgão já não é tão “útil” para a população brasileira.

Por este motivo, em fevereiro deste ano, Belo Horizonte sediou o Encontro Nacional de Assistentes Sociais do INSS. O evento foi promovido pelo CFESS, CRESS-MG, Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social (Fenasps) e o Sindicato dos Trabalhadores em Seguridade Social, Saúde, Previdência, Trabalho e Assistência Social em Minas Gerais (Sintsprev).

Entre relatos graves de perseguição, com perda salarial e danos psicológicos, sobressaíram as falas de resistência e, junto aos diversos órgãos ali presentes, foram pensadas formas de como a categoria pode se inserir na luta contra a contrarreforma da previdência que se reflete na atuação profissional, além de entender como essa conjuntura incide no exercício profissional das e dos assistentes sociais.

Após a atividade, criou-se na Sede do CRESS-MG, um grupo de trabalho de assistentes sociais do INSS para refletir sobre a precarização da política e do trabalho profissional e pensar estratégias para superar o momento atual. Além disso, em março, o CFESS divulgou uma nota técnica em defesa do trabalho da e do assistente social no INSS e da qualidade dos serviços prestados. Mais sobre esse conteúdo, você confere na seção “Cofi Responde”.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO INSS AFETA A GARANTIA DE DIREITOS À POPULAÇÃO

As denúncias de desvio de função e de precarização do trabalho, que vêm sendo feitas por assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) desde a segunda metade de 2016, revelam que a fragilização das condições éticas e técnicas do trabalho profissional incidem diretamente na qualidade dos serviços prestados e na garantia dos direitos da população usuária.

Se na Constituição Federal de 1988 foi possível inserir um sistema de previdência pública amplo, solidário, atrelado a uma concepção de seguridade social inovadora, nos anos seguintes, todos os governos atacaram a Previdência Social de alguma maneira. A lógica que tem imperado, desde então, é a neoliberal, em que o sistema de proteção de direitos não sobrevive, como pontua o assistente social do INSS e integrante da Comissão Nacional de Assistentes Sociais do INSS da Fenasps, Gustavo Teixeira.

“Os ataques fazem parte de um projeto contínuo de destruição da política de proteção social. A PEC 06/2019, muito reproduzida na mídia, é uma das faces da Reforma da Previdência. Há, ainda, o fechamento das agências para atendimento de cidadãos e cidadãs, serviços simples que agora precisam ser agendados ou impressões que só podem ser feitas pela internet. Com isso, as pessoas recorrem a locais que cobram pelo acesso à internet e à impressão, privatizando, assim, a política social”, avalia.

SERVIÇO SOCIAL COMO DIREITO

O Serviço Social é garantido por lei a todas as usuárias e usuários da Previdência Social. Não por acaso, na reforma trazida pelo presidente FHC, em 1999, este foi um dos direitos retirados, comenta Gustavo. “Com toda a complexidade do sistema previdenciário, a e o assistente social é quem faz a ponte com a população sobre seus direitos. No entanto, no neoliberalismo não convém profissionais com essa função, assim sendo, para o INSS tampouco interessa uma categoria que dialoga com grupos organizados sobre os direitos do povo.”

A redução do tempo de avaliação social da pessoa com deficiência para fins de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), por exemplo, que passou de 60 para 30 minutos, determinação recente do INSS, incide diretamente sobre o público mais vulnerável da política. São pessoas que foram alijadas do mercado de trabalho, como gente idosa ou com deficiência e que, portanto, têm um corte

VIDA PRIVADA E PROFISSIONAL - O DEVER ÉTICO DA CATEGORIA EM TEMPOS DE ULTRACONSERVADORISMO

Após destrincharmos os onze princípios do Código de Ética Profissional, a seção que levava este mesmo nome, passa a se chamar “Ética profissional”. A ideia é propor reflexões que relacionem assuntos atuais com a ética e o trabalho cotidiano das e dos assistentes sociais. Para abrir os debates, temos a urgente e necessária discussão sobre ética e conservadorismo, abordada de forma lúcida pelo doutor em Serviço Social pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Unesp, Campus Franca/SP e assistente social no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Cacildo Neto.

Ao longo das décadas, o Serviço Social brasileiro têm se transformado, tendo como principal mudança, a virada que agora em 2019 completa 40 anos. Quais relações entre ética e conservadorismo podemos estabelecer nesse ínterim?

O processo histórico do Serviço Social nos mostra uma relação íntima da profissão e de seus sujeitos com o conservadorismo e a ética, bem como com a tentativa de ruptura aos valores impingidos à profissão resultantes dos processos sociais de produção e reprodução capitalista monopolista e concorrencial engendrados na sociedade. O Serviço Social enquanto profissão surge em meio às contradições do capital, de suas refrações e barbárie e como tal tem em sua história esse movimento contraditório, e não podemos dissociar dessa história a reprodução dos valores e das objetivações que se materializaram na sociedade brasileira e ainda se manifestam quando presenciamos na vida de cada brasileira e brasileiro os impactos pelo desmonte dos direitos sociais, a banalização da vida, a criminalização da pobreza, a naturalização da violência e a moralização da questão social.

O Congresso da Virada de 1979 é um marco para a profissão e para a categoria enquanto expressão de luta e resistência ao conservadorismo da ditadura Civil-Militar que, apoiada pelo imperialismo norte-americano assolou e aprofundou nossa sociedade às formas desumanizantes de produção e reprodução da vida, em uma negação imensurável dos direitos humanos. A barbárie e a violência presenciadas daquele momento extrapolaram todas as formas imagináveis de banalização da vida, com o desmonte dos direitos trabalhistas, o aumento da dívida externa, a corrupção, a abertura da fronteira comercial para assistir ao interesse particular da economia estadunidense, a censura à cultura e à educação, o desinvestimento para as pesquisas nas universidades públicas, a violência de gênero, raça, etnia, religiosa e sobre sexualidade, total desrespeito à classe trabalhadora e seus segmentos.

É sob esse contexto de intolerância e massacres às existências humanas nas suas mais diversas singularidades que a categoria, no final da década de 1970, assumiu os riscos e se posicionou politicamente no enfrentamento dos ditames do Estado ditatorial e ultraconservador que massacrava a “mãos de ferro e chibata” mulheres, homens e crianças, negros, pobres, estudantes, trabalhadores e trabalhadoras, uma população que viu surrupiada a liberdade.

Nesse ínterim, até os dias atuais, presenciamos avanços e retrocessos; avanços quando assumimos nas Diretrizes Curriculares para a formação profissional a Teoria Social Crítica; bem como nas legislações que norteiam o fazer e ser profissional assistente social – nas revisões do Código de Ética e da Lei de Regulamentação em 1993; quando assumimos nosso compromisso com a população usuária do Serviço Social. O retrocesso é marcado pelo conservadorismo presente, ainda, tanto na formação profissional e no processo de trabalho, quando impingidos pelos valores pessoais e desconsiderando a totalidade das e nas relações sociais, deparamo-nos com “práticas” profissionais regadas de preconceitos, sectarismo, descaso, humilhação, além de formas de reprodução do ethos funcionalista capitalista/empresarial sob as formas de ser e existir da população atendida pelo Serviço Social. Quando a desgraça alheia é naturalizada e o sujeito é responsabilizado por tudo que lhe aconteceu, presenciamos a falência de tudo e de toda a sensibilidade humana! Permitam-me trazer uma citação de Ari Roitman,

Quando se chega a um estado de coisas como este, quando a desgraça humana é encarada apenas como um aspecto repulsivo do espetáculo do mundo, quando os valores perdem consistência e credibilidade, quando os miseráveis tornam-se transparentes aos nossos olhos, formando uma verdadeira casta de milhões de intocáveis dos quais há que evitar – com asco e indiferença – o cheiro, o olhar e a palavra, é hora de convocar a ética para o centro dos debates. (ROITMAN, 2001, p. 9).

Podem pensar que estou sendo fatalista, mas longe de pôr fim aos valores humanistas críticos e de “enterrar e jogar a pá de cal” sob a ética e suas objetivações, pois ainda existe em mim a certeza de que a história, enquanto força motriz, nos permite recomeçar, renovar, reconstruir as relações humanas em si, cabe é trazer a ética para a centralidade das nossas objetivações; com o atual cenário econômico, político e social tornou-se necessário e urgente elucidá-la em nossos debates. Na mesma intensidade e urgência, está a (re)afirmação de uma direção crítica e propositiva junto ao coletivo profissional e com outros sujeitos que compartilham dessa postura no enfrentamento ao desmonte do Estado laico e de direito; à reprodução do conservadorismo que se renova nessa atual conjuntura política brasileira que cerceia a liberdade humana e suas diversas manifestações; ao sucateamento dos direitos previdenciários e trabalhistas e demais direitos sociais.

O atual cenário do Brasil exige de nós, assistentes sociais, que assumamos os riscos, assim como feito por nossa vanguarda em 1979, de um posicionamento crítico, criativo, ético e interventivo nos espaços deliberativos de direitos, que são de lutas e resistências; de fortalecimento do Conjunto CFESS-CRESS e sua representatividade junto aos órgãos municipais, estaduais e federais, pois a lógica produtiva e reprodutiva capitalista para sua funcionalidade está presente e guia os espaços públicos que devem ser de direito. Bem como, com a ABEPSS, no engajamento e compromisso para uma formação embasada nas Diretrizes Curriculares estabelecidas para a graduação em Serviço Social à luz da Teoria Social Crítica de Marx.

Em que medida as atitudes e decisões de uma ou um assistente social, no âmbito da vida privada, se relacionam com o “ser ético” na vida profissional?

A ética é uma construção histórico-social do ser humano. Os valores construídos ao longo da vida se consubstanciam nas relações estabelecidas coletivamente, seja com a família, na profissão, nas instituições religiosas e escolares, com grupos de amigos e ou de pertencimento. Algumas autoras e autores vão dizer que, hoje, vivemos uma ética individualista ou narcisista materializadas na reificação e coisificação das relações. Além dessa direção, presenciamos no atual contexto a revitalização e com muita força e fervor, de uma ética fundamentalista, pautada em princípios religiosos que por vezes são imutáveis no tempo e no espaço, um verdadeiro retrocesso à Idade Média. Deixo aqui meu respeito a todas e todos os assistentes sociais que têm qualquer convicção religiosa, mas é pertinente tratarmos de assunto “espinhoso” (porque falar de ética é falar de liberdade e respeito diante as decisões concretas tomadas por qualquer sujeito), diante a questão que a mim foi colocada.

Atualmente, forças de extrema direita e ultraconservadoras presentes nos espaços deliberativos do governo ganharam força e voz que ecoam nas mentes das massas e assim potencializam posicionamentos de enfrentamento a qualquer direção político-ideológica contrária a seus princípios e crenças. Não que essas forças e o próprio conservadorismo estivessem em repouso ou “sono profundo”, pois, é claro que tanto no governo, como no âmbito das profissões e de suas formações, e aqui o Serviço Social não está imune, o conservadorismo sempre transitou e se manifestou de diversas formas, e este é o cerne da nossa questão.

Profissionais do Serviço Social, antes de realizarem a graduação, têm uma história de vida, têm valores construídos a partir das relações sociais que estabeleceram. A aproximação com os fundamentos e princípios éticos que norteiam a profissão podem provocar um processo de desconstrução e reconstrução dos valores antes criados na vida desses sujeitos, permitindo-lhes um novo olhar, uma concepção de ser humano e de mundo consubstanciada na diversidade e na pluralidade das existências que preze pela humanidade e sua dignidade. Mas isso pode não ocorrer. Vivemos um Projeto Ético-Político hegemônico, mas não homogêneo, pois há uma diversidade de profissionais, com concepções e entendimentos diferentes sobre a sociedade, sobre o ser humano, e também do que seja o Serviço Social, o que realmente seja o ethos profissional. Aqui está a possibilidade de assistentes sociais exaltarem, sobreporem na sua trajetória profissional seus valores, por vezes distantes dos valores e princípios que recrudescem os fundamentos ético-políticos da profissão.

Quais os desafios que a atual conjuntura, de exacerbado conservadorismo, traz para a materialização da ética pelas e pelos assistentes sociais? Se desejar, use exemplos de sua experiência social.

Penso que esta última questão transita nas anteriores. Os desafios éticos para a profissão neste atual cenário político – em que valores ultraconservadores massacraram e destroem os valores humanos coletivos constitucionais –, estão presentes no cotidiano do trabalho de todas/todos assistentes sociais, independente de espaço sócio-ocupacional ou vínculo, somos expostos todos os dias às barbáries que os governos e as instituições promovem no desmonte dos direitos sociais de a toda classe trabalhadora.

Vivemos numa sociedade em que ser pobre, homossexual, negro, mulher, pessoa com deficiência e de periferia é estar e ser marginalizado pelo Estado e pelas próprias políticas, das

quais para se ter acesso é necessário sua exposição e comprovação de incapacidade e culpabilidade por estar contrário àquilo que a burguesia governante ariana, masculina e heteronormativa determinou como certo, como padrão. Diante do ultraconservadorismo que vivemos, às e aos assistentes sociais se requer um posicionamento, um engajamento com o coletivo profissional na busca da superação dos desafios que se manifestam. Ações pontuais e individuais nos espaços de atuação profissional não provocam mudanças no cenário político e nem na garantia de direitos para a coletividade. Apesar do resultado dessa ação promover o acesso ao direito de determinado sujeito, o objeto deve ter dimensão coletiva, deve extrapolar o âmbito institucional e tomar os espaços de direitos, sejam as Secretarias de Governo e Políticas, os Conselhos de Direitos ou o Ministério Público. E qual a relação dessa reflexão com o conservadorismo?

Presenciamos com o atual governo federal um avante político-ideológico que preza pela privatização, pelo desmantelamento dos direitos trabalhistas e previdenciários, pela exacerbção de políticas que vislumbram o poder comercial e industrial para fins de lucratividade e exploração e não para a geração de trabalho e renda; vimos a abertura de nossas fronteiras e concessões para o governo dos Estados Unidos, postura que repete as ações do governo ditatorial. Para que isso funcione, o governo precisa conter os movimentos sociais e suas reivindicações, manter, mesmo estando no poder, a reprodução ideológica junto às massas usada na campanha eleitoral.

Aliadas ao governo, temos as instituições públicas e privadas que reproduzem e apoiam as contrarreformas do governo, sem pesar o quão massacrante será para a classe trabalhadora; o conjunto dessas ações governamentais derruem os direitos conquistados por lutas e reivindicações pelos movimentos sociais na época das diretas já e da constituinte.

Trabalhadoras e trabalhadores vivem cotidianamente a opressão para o cumprimento de metas, estatísticas, produtividade – isso independe de vínculo e espaço sócio-ocupacional, trabalhando horas exaustivas e a precarização está nas condições, na organização e em todo processo de trabalho; mesmo assim, a classe trabalhadora se submete a essas condições, pois maior ainda é o medo de tornar-se mais uma ou um na estatística do desemprego no Brasil - segundo o IBGE, o país tem cerca de 13,1 milhões de pessoas desempregadas até fevereiro de 2019.

Esta realidade requer da categoria, compromisso ético-político no enfrentamento às reformas e contrarreformas que colocarão a classe trabalhadora em condição precária e de extrema necessidade, principalmente a população que vive com um salário mínimo, na pobreza, abaixo da linha da pobreza e em situação de miséria. Ser assistente social na atual conjuntura é ter posicionamento crítico, estratégico, criativo; ser ético é lutar e resistir às barbáries que presenciamos cotidianamente no trabalho, nas comunidades, nos movimentos e nas manifestações sociais. É necessário termos clareza da direção social presente no Projeto Ético-Político da profissão e fortalecer seu coletivo; posicionarmos diante das instituições reafirmando o ethos profissional alicerçado pelo Código de Ética e Lei de Regulamentação.

Se o posicionamento político-ideológico do atual governo é de retrocesso às trevas da Idade Média, que a classe trabalhadora seja a luz da transformação!



“MÉTODO BH”: O EMBRIÃO DA VIRADA DO SERVIÇO SOCIAL

***Por Luciana Gonçalves Pereira de Paula**

Na década de 1970 surgiu, em meio ao processo de renovação do Serviço Social brasileiro, a vertente denominada por Netto (2002) de “intenção de ruptura” – ruptura com as bases tradicionais da profissão. Esse redimensionamento do Serviço Social, alicerçado em uma intenção de ruptura com o conservadorismo teve o seu início no começo dos anos de 1970.

Naquele momento, algumas universidades constituíram-se em espaços de resistência frente aos ditames ditatoriais vividos no Brasil desde o golpe militar de 1964. Segundo Netto (2002), ainda que a autocracia burguesa tenha encontrado mecanismos para modelar a escola conforme o seu projeto “modernizador” e tenha estabelecido sobre ela eficientes dispositivos de controle, os espaços formativos construíram processos de resistência e de oposição “e vimos que um de seus resultantes, já nos anos setenta, foi a emersão de uma nova reflexão crítica sobre a educação brasileira” (NETTO, 2002, p. 102).

Esses processos de resistência e oposição permitiram o desenvolvimento de experiências e práticas alternativas, comprometidas com os interesses da classe trabalhadora, mesmo em um contexto de ditadura. No Serviço Social, esse foi o cenário que possibilitou a inauguração da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo da profissão, através da experiência desenvolvida na Escola de Serviço Social de Minas Gerais – que se tornou, posteriormente, a PUC Minas, em Belo Horizonte.

Um grupo de professoras da Escola de Serviço Social de Minas Gerais conseguiu estabelecer um diálogo inédito e inimaginável, em um contexto de tão dura repressão, com segmentos organizados de assistentes sociais que integravam o Movimento de Reconceituação – nos países latino americanos do Cone Sul. Esse diálogo teve seu início quando professoras da capital mineira participaram de um encontro em Caracas, capital da Venezuela, no ano de 1969, e tiveram contato com os debates do Movimento de Reconceituação (BARBOSA, 1997).

As professoras de BH voltaram para a Escola de Minas Gerais trazendo um documento chileno denominado “Método Básico”, elaborado pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Santiago, no Chile. Esse e outros documentos produzidos, especialmente pelo grupo chileno de assistentes sociais que liderava o Movimento de Reconceituação, passaram, então, a ser sistematicamente estudados, discutidos e tidos como novas fontes teóricas, na Escola de Minas Gerais (BARBOSA, 1997).

Nesse processo, o corpo docente decidiu realizar uma avaliação do processo de formação da Escola. “E, a partir dessa avaliação, elaborou-se uma estrutura curricular que, implantada em 1971, mudou radicalmente todo o processo de ensino. Nessa reorganização estava, também, a semente que iria produzir o Método BH” (BARBOSA, 1997, p. 26).

“A estrutura curricular que passava a vigorar então, fundamentada nos princípios e diretrizes do movimento de reconceituação, conduzia o ensino para a formação de profissionais comprometidos com uma única opção político-ideológica: aquela que levaria os novos assistentes sociais a assumirem um compromisso com o processo de educação política das classes populares e a transformação da sociedade” (BARBOSA, 1997, p. 26).

A expressão concreta da alteração vivida pela Escola de Minas Gerais, construindo novas diretrizes para a formação das e dos assistentes sociais, deu-se por meio da implementação do “Método BH”. Essa experiência foi elaborada e implementada entre 1972 e 1975 pelas professoras da Escola de Serviço Social de Minas Gerais e permaneceu em uma condição marginal por alguns anos, mas, no final da década de 1970, ganhou repercussão para além dos muros da academia e começou a rebater com visibilidade nos foros e organismos da categoria profissional (NETTO, 2002).

Segundo Netto (2002), o “Método BH” representa, no Brasil, a primeira “construção de uma alternativa global ao tradicionalismo. Este é o traço mais visível da explicitação do projeto da ruptura que se plasmou na atividade da Escola de Serviço Social de Minas Gerais na primeira metade dos anos setenta – o “método” que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo. Envolvendo todos esses passos, ele coroou a sua ultrapassagem no desenho de um inteiro projeto profissional, abrangente, oferecendo uma pauta paradigmática dedicada a dar conta inclusive do conjunto de suportes acadêmicos para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social” (NETTO, 2002, p. 276 e 277).

Desse modo, o “Método BH” constituiu a maior, senão a única, expressão do Movimento de Reconceituação no Brasil. E suas elaborações significaram, efetivamente, um momento de amadurecimento e avanço do próprio

Movimento de Reconceituação (BARBOSA, 1997). Entretanto, a experiência do “Método BH”, tanto no âmbito da elaboração teórica, quanto no da experimentação (via extensão/estágio), foi interrompido em 1975, quando uma crise interna, na Escola de Minas Gerais, levou à demissão das suas principais formuladoras e gestoras, instaurando-se circunstâncias institucionais que impediram a sua continuidade (NETTO, 2002).

Mesmo assim, podemos seguramente afirmar que o legado do “Método BH” é ímpar. Foi o grupo de assistentes sociais de Belo Horizonte que, através de suas experiências começou a constituir os contornos da intenção de ruptura e a moldar um novo objetivo para o Serviço Social: a ruptura com o conservadorismo e a construção de um novo projeto de profissão aliado aos interesses da classe trabalhadora. Esse novo objetivo profissional colocava para as e os assistentes sociais a responsabilidade de construção de uma atuação voltada para a transformação da realidade social em que vivemos.

Por isso, podemos apontar o “Método BH” como uma estratégia político-profissional elaborada por um grupo de assistentes sociais comprometido com a tentativa de rompimento com as bases tradicionais da profissão. Tendo como objetivo da profissão a transformação da sociedade, a iniciativa apresentava-se como a estratégia político-profissional construída para possibilitar a operacionalização dessa meta.

Os impactos desse processo se fizeram visíveis para toda a categoria profissional, no momento em que esse novo projeto de profissão – pautado em um Serviço Social articulado aos interesses históricos da classe trabalhadora – se apresenta no III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Não resta dúvida de que os esforços das professoras de Belo Horizonte e a experiência, por elas criada, denominada “Método BH” foram forças propulsores das transformações que se sucederam no Serviço Social.

Temos no “Método BH”, o embrião o Projeto Ético-Político que se explicita pela primeira vez em nossa história no “Congresso da Virada” que este ano completa quatro décadas. Não deixemos que os tempos difíceis que estamos vivendo apaguem a nossa história. Uma profissão que mantém viva a sua memória, recarrega, cotidianamente, as suas forças para a luta.

Referências Bibliográficas:

BARBOSA, M. M. Serviço Social Utopia e Realidade: uma visão da história. Cadernos de Serviço Social – Belo Horizonte, v.2, n.2, out/1997.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

**** Luciana Gonçalves Pereira de Paula - Prof.^a na Faculdade de Serviço Social da UFJF e coordenadora regional de graduação da ABEPSS Leste.**



Precursoras do Método BH foram homenageadas no Dia da e do Assistente Social, em BH, este ano. Da esquerda para direita: Ana Vasconcelos, Consuelo Quiroga, Leila Santos, Julia Restori e Regina Coeli.



TRANSPORTE PÚBLICO DE QUALIDADE É CAMINHO CERTO PARA O DIREITO À CIDADE

Foto: Tarifa Zero

Ir ao trabalho, a um posto de saúde, a um evento cultural ou a uma manifestação política. O nosso cotidiano é permeado por deslocamentos e a cidade só existe para quem tem condições de acessá-la e transitar por ela. Para se sentir parte de um lugar e, mais que isso, para acessar os vários direitos sociais, é preciso uma política de mobilidade urbana eficiente e inclusiva.

Quando se fala em mobilidade urbana, costumamos pensar apenas na organização do trânsito, entretanto, esta bandeira de luta é mais complexa do que se imagina, como explica a militante do movimento Tarifa Zero BH, Annie Oviedo. “Se esta política é ineficiente, aprofundam-se as desigualdades socioespaciais e gera-se uma enorme exclusão social.”

Nesse contexto, o sistema de transporte público tem um papel crucial. Teoricamente, a responsabilidade dos coletivos é do município e, os ônibus intermunicipais estão a cargo do governo estadual. Desde 2008, Belo Horizonte adotou o modelo, em que foi pioneira, de contrato por concessão que tem duração de 20 anos e é concedido a quatro consórcios de viações, que são empresas de ônibus.

“O dinheiro que pagamos na tarifa não passa pelo poder público, vai diretamente para as empresas de ônibus, cujo escopo é o lucro. O cálculo do valor se baseia na inflação, ou seja, sempre aumenta. Mesmo com um serviço cada vez mais precarizado, através da fusão de linhas e do corte de trocadores, as empresas sempre terão uma margem de lucro crescente”, esclarece Annie.

A única redução da tarifa na capital mineira foi em 2013, em função das manifestações que se deram à época. Hoje, o sistema de transporte público é bancado integralmente pelo bolso da população, pois não há nenhum subsídio do poder público, além da falta de transparência e de auditorias da prefeitura para saber como este dinheiro é gasto.

No fim do ano passado, o Tarifa Zero divulgou um estudo com o valor que a passagem deveria ter. O resultado indicou que a tarifa que era de R\$ 4,05 em 2017 deveria ser de R\$ 3,45, incluindo os gastos com os cobradores, conforme a legislação, e, ainda, considerando a remuneração de capital, já que se tratam de empresas privadas. Ou seja, a população tem pagado por um sistema ineficiente.

CULTURA CARROCÊNTRICA

Se por um lado, andar de ônibus tem se tornado uma opção cada vez mais cara e extenuante, por outro lado, a facilidade na compra de automóveis leva muita gente a adquiri-los para se locomover cotidianamente. As consequências são a elevação da pressão tarifária, já que diminui o número de passageiras e passageiros, e o aumento de acidentes e engarrafamentos devido ao maior número de veículos transitando nas vias.

Em Belo Horizonte, a taxa de motorização é das mais altas do país. Dados do Observatório das Metrôpoles indicam que em 2016, haviam 49 veículos para cada 100 habitantes. Enquanto isso, o tempo médio gasto no trajeto casa-trabalho-casa chega a 125 minutos, de acordo com pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan).

Os índices são reflexos de cidades cujo planejamento urbano prioriza automóveis em detrimento de pedestres, conceito conhecido como “cultura carrocêntrica”. Andar pelas ruas do centro é sempre um exercício de paciência: calçadas estreitas para garantir ruas e avenidas cada vez mais largas intensificam o fluxo das e dos transeuntes e é quase impossível caminhar sem esbarrar em outras pessoas.

“Em algumas regiões da cidade, há uma baixa arborização, também com o objetivo de garantir vias de tráfego espaçosas. A falta de praças e bancos disponíveis para descanso é outro sinal de que a cidade é feita não é feita para o usufruto das pessoas e, sim, para que o número crescente de carros possam circular com eficiência”, considera Annie.

A reflexão deve se dar em cima da ideia de cidades acessíveis e sustentáveis para todas e todos, pautada na crítica ao capitalismo desumano que lucra em cima da inoperância das políticas públicas. Para que o direito à cidade possa se dar em sua plenitude, é urgente debatermos sobre a mobilidade pública.

TARIFA ZERO

O Tarifa Zero é um movimento social presente em todo o país, surgido após as manifestações de 2013 contra o aumento da tarifa de ônibus. Em Belo Horizonte, o foco é a luta pela compreensão do transporte público como direito, com pressão para que o poder público retome o controle desse serviço, a fim de que a tarifa não seja tão cara.

Em 2017, o coletivo conseguiu criar uma linha de ônibus no Aglomerado da Serra, favela situada na Zona Sul da capital, com o apoio de suas moradoras e moradores. O trajeto conecta o bairro a uma estação de metrô e a um hospital público por um preço popular (R\$ 1,65) e a ideia é estender a outros bairros, vilas e favelas. Antes, esse deslocamento era mais oneroso e demorado.

Outro ponto relevante do Tarifa Zero é que as mulheres são as porta-vozes do movimento nos eventos e no contato com a imprensa. Além de valorizar o gênero feminino, a ideia considera o fato de que as mulheres são as principais usuárias do transporte público e, diferente dos homens, além do trajeto casa-trabalho se locomovem para cumprir tarefas relacionadas ao cuidado de crianças e pessoas idosas.

ATUAÇÃO PROFISSIONAL

OCUPAÇÕES URBANAS E A LUTA POR MORADIA DIGNA E DIREITO À CIDADE

Entender o contexto social que leva a essa realidade é papel das e dos assistentes sociais.

O número de ocupações urbanas tem crescido, a olho nu, ao longo da última década. A ideia de que as pessoas que residem nesses espaços são “vagabundas” e “aproveitadoras” cai por terra quando se consideram as estatísticas: segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) sobre as ocupações do MTST em São Bernardo do Campo (SP), a maioria dessa população é trabalhadora de baixa renda ou desempregada que não consegue pagar aluguel e não considera viver de favor.

A maior parte das e dos ocupantes é composta por mulheres (53,4%) e pessoas negras (59,8%) que recebem o benefício de transferência de renda do Governo Federal Bolsa Família. As taxas de frequência escolar de crianças e adolescentes estão próximas da média nacional: 93,6% de quem tem 4 e 5 anos de idade; 97,6% de quem tem de 6 a 14 anos; e 83% para idades entre 15 e 17 anos. Porém, a taxa de desemprego e a renda média destoam. A realidade da cidade paulistana se assemelha à de outras partes do país.



Em Minas Gerais, estão três dos treze milhões de desempregados e desempregadas no Brasil. Para a assistente social Marina Barbosa, professora da UFJF e presidenta da Associação dos Professores do Ensino Superior (Apes) da UFJF e IF Sudeste de Minas Gerais, as medidas adotadas pelo atual governo agudizam esse quadro, em especial a alteração feita com a Reforma Trabalhista e o que se propõe para a Previdência Social.

“O desemprego, o desmonte das políticas públicas e a ação do capital imobiliário no uso da terra urbana, com a contribuição efetiva do Estado, explica o crescimento das ocupações urbanas pelo país. Já são dois anos sem nenhum investimento no Programa Minha Casa, Minha Vida faixa 1. Com o crescimento da pobreza, aumentam as ocupações, visto que a acumulação do capital e a correlação de forças sociais não apontam para uma ampliação do Estado de proteção social”, avalia.

MORADIA E DIREITO À CIDADE

O crescimento urbano brasileiro ocorreu com base numa profunda desigualdade social. Desde a emergência da classe trabalhadora livre na sociedade brasileira, quando as cidades tendem a ganhar nova dimensão, tem início a questão da habitação, que é um componente das relações sociais estabelecidas pela ordem capitalista, expressivas de processos sócio-culturais e políticos de uma civilização moderna que se nutre do atraso e do pauperismo, como explica Marina.

“A forma de produção do espaço urbano nas regiões metropolitanas do país, geradora de imensa disparidade social, é um exemplo da natureza desta sociedade. Nela, é possível constatar, de maneira contundente, as marcas históricas da segregação social e as agruras de uma época que pode ser caracterizada como um tempo no qual ganha maior nitidez a impossibilidade de compatibilizar acumulação com equidade social.”

A questão da moradia, para a professora, encarna a centralidade da sociedade capitalista, a propriedade privada do solo urbano, transforma a terra em mercadoria e para sua rentabilidade os equipamentos são destinados a partir do crivo de classe. Assim, a renda monetária é condição para o direito a morar e, no contexto de superexploração da força de trabalho e retração de direitos, a moradia e a luta por ela, tornam-se condicionantes do enfrentamento a este ordenamento social.

“A maioria da população não tem como pagar por um pedaço de terra urbana para ali fazer o seu morar, o lugar de construir laços de vida e sociabilidade. Por isso, o entorno, os equipamentos coletivos, a cultura, o lazer, a mobilidade urbana são necessários para o morar, em seu sentido pleno. Partindo disso, a luta pelo direito a morar é a luta pelo direito a ter a vida na cidade com tudo o que nos permite viver em comum unidade”, considera.

A questão da habitação deve ser compreendida pela categoria de assistentes sociais e demais gestoras e gestores das políticas públicas, como um dos aspectos que tratam do direito à cidade, mas não como o único. De acordo com Marina, esse é um equívoco recorrente no âmbito do Serviço Social, que por vezes reduz o debate do direito à cidade e da questão urbana ao acesso à moradia.

“A moradia deve ser considerada em articulação com as demais demandas da classe trabalhadora para uma vida digna na cidade, ou seja, deve estar articulada com localização da residência, qualidade da habitação, saneamento básico, acesso a bens culturais, educação, saúde, assistência social, segurança, transporte dentre outros”, destaca.

MILITÂNCIA E SERVIÇO SOCIAL

Os movimentos sociais acionam a via da ação direta como meio para se impor como sujeitos na disputa pelo solo urbano e pelo recurso público. Com suas práticas, demonstram uma postura de negação das concepções políticas privilegiadoras da via da institucionalização das lutas sociais. Assim, afirmam o dissenso como estratégia da ação política. Em Belo Horizonte, por exemplo, o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), já contribuiu na questão habitacional de mais de 25 mil famílias.

Há sete anos atuando em ocupações urbanas de Belo Horizonte através da militância com o MLB, a assistente social Pedrina Gomes diz que ocupar é uma maneira dessa população mostrar que existe e que quer seus direitos garantidos. “Temos visto que entregar ofício e convocar representantes do poder público para reunião não tem funcionado. A garantia de direitos sociais às famílias pobres e periféricas não chama a atenção dos políticos e governantes”, avalia.

Além disso, os movimentos sociais têm um papel importante na organização e proposição de reflexões junto à população em situação de rua, carente de moradia ou de moradia adequada. Pedrina pontua que entendendo que ocupar é um ato político, é essencial que as e os ocupantes reconhecem os deveres para se manter o espaço organizado, assim como os seus direitos para poder reivindicá-los ao Estado.

“As famílias vão entendendo, aos poucos, a questão política envolvida por trás do ocupar. Para isso, o MLB cria núcleos que informam e debatem sobre o processo de ocupação a pessoas que podem vir a ocupar ou já ocupam espaços sem o uso de sua função social. O próprio sentimento de pertencimento a um movimento faz toda diferença para essa população no que diz respeito à conquista da moradia”, afirma.

O papel de denúncia que os movimentos exercem dá visibilidade ao número de moradias vazias e áreas de interesse social desabitadas. Na capital mineira, segundo a Fundação João Pinheiro, há 194 mil domicílios vagos com potencial para serem ocupados e cerca de 159 mil famílias sem moradia. Em geral, a sociedade só toma conhecimento por ações da militância, aponta a estudiosa do tema, Marina Barbosa.

“Os movimentos sociais têm uma ação pedagógica estratégica ao ensinar, na prática, os limites do direito assegurado em lei, o que na verdade não significa tê-lo garantido e exercido. É uma luta de caráter processual, permanente e estratégica. Nesse contexto, cabe ao Serviço Social no âmbito da intervenção e formação profissional gerar mecanismos de aproximação a estes movimentos”, avalia. Na luta pelo direito da classe trabalhadora, a categoria profissional deve se lembrar que “enquanto morar for um privilégio, ocupar será um direito”.



COFI *Responde*

EM DEFESA DO SERVIÇO SOCIAL NO INSS

Em resposta às questões mais recentes enfrentadas por assistentes sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que afetam diretamente as condições éticas e técnicas do trabalho, impactando na qualidade dos serviços prestados e, principalmente, nos direitos da população usuária, o CFESS emitiu a nota técnica intitulada [“Em defesa das atribuições profissionais da/o assistente social do INSS, do trabalho com autonomia profissional e com garantia das condições técnicas e éticas”](#).

A nota técnica traz elementos jurídicos e técnicos para rebaatar as recentes determinações do INSS sobre a realização, por assistentes sociais, de atividades administrativas de protocolo e habilitação/análise de benefícios, e sobre a diminuição do tempo de avaliação social da pessoa com deficiência para fins de acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tais determinações, não só ferem a Lei de Regulamentação Profissional (Lei 8.662/1993), como também prejudicam a realização de um Serviço Social crítico e interventivo no âmbito do INSS, impactando na qualidade do atendimento e na restrição de direitos para a população usuária do Serviço Social da instituição.

Sobre a determinação para diminuição do tempo da avaliação social realizada pela e pelo assistente social do INSS – passou de sessenta para trinta minutos –, o documento aponta que a medida traz implicações éticas e técnicas para o exercício profissional, considerando a pressão para atendimento de um número maior de pessoas, sem o tempo necessário para fazer uma avaliação de qualidade.

No que diz respeito às determinações institucionais para realização de atividades administrativas como protocolo/análise de benefícios a Nota Técnica não reconhece a legalidade do Decreto 8.653/2016 e, para além disso, ressalta que “as atribuições das/os assistentes sociais no INSS, que ocupam cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social, devem respeitar as delimitações da formação acadêmica e profissional exigidas, que estão previstas nos art. 4º e 5º da Lei 8.662/1993, que regulamenta o trabalho da/o assistentes social no Brasil”. O que extrapola tais determinações pode ser considerado desvio de função, para o qual o parecer Jurídico nº 12/2010 do CFESS aponta as medidas cabíveis.

Ao se submeter à execução de atividades não elencadas no rol de atribuições da/o Assistente Social no INSS, a/o profissional está violando o direito de segurados do Regime Geral da Previdência Social - RGPS e da população que busca pelo Serviço Social nas Agências da Previdência Social. Imperioso destacar que quaisquer atividades executadas por assistentes sociais no processo de análise de benefícios devem estar relacionadas às

competências do Serviço Social trazidas em atos normativos e documentam que respaldam a atuação profissional no INSS a exemplo da Lei 8.213/1991; da Matriz Teórica Metodológica do Serviço Social na Previdência; do Manual Técnico do Serviço Social; da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS/1993, dentre outros.

Mais do que nunca, a realidade vivenciada requer dos/as assistentes sociais do INSS articulação e compromisso ético-político para enfrentar as tentativas de desvio de função e assédio moral (denúncias têm sido constantes), uma vez que assumir tais determinações sem se posicionar e lutar pela defesa da categoria, pode ter efeito devastador para o conjunto destes profissionais, em especial sobre aqueles e aquelas que, na defesa ético-política das prerrogativas profissionais, resistem.

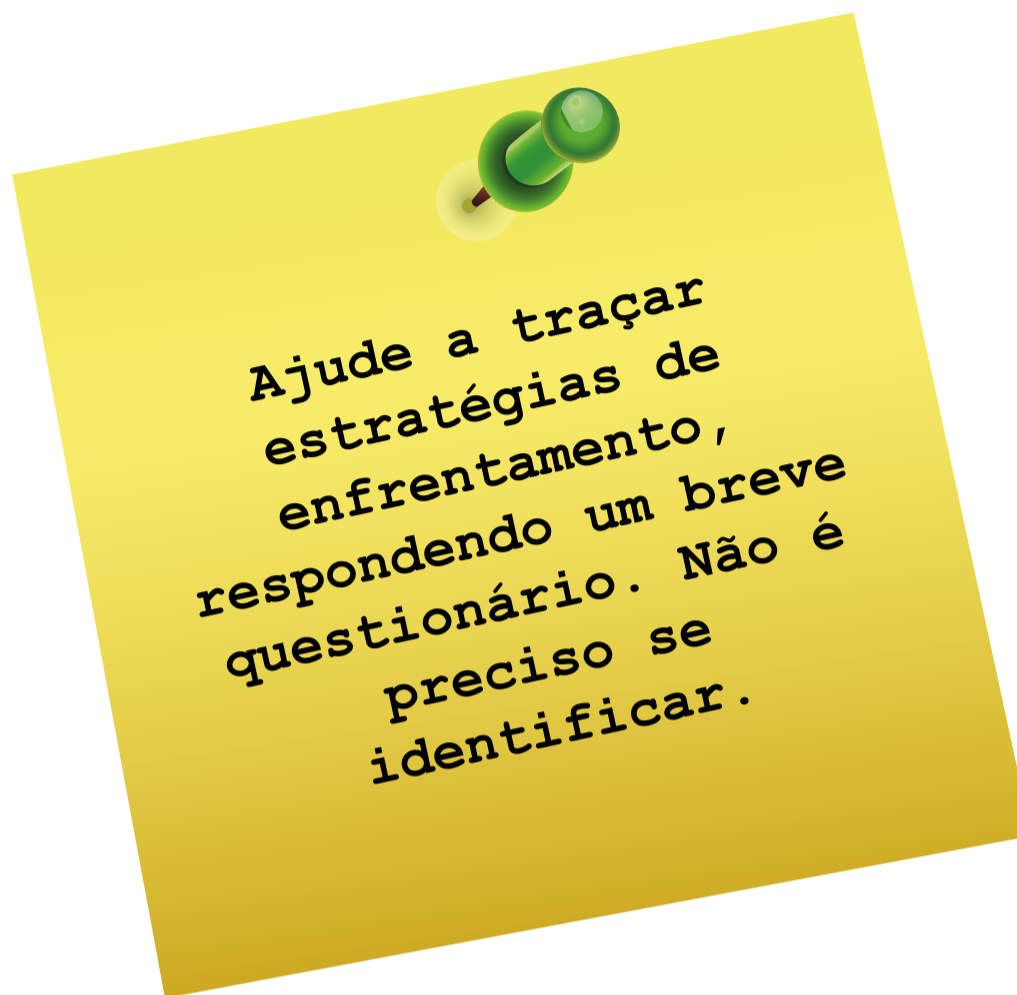
Chamamos atenção daqueles e daquelas assistentes sociais que têm atendido de prontidão tais determinações institucionais, inclusive se disponibilizando, para a execução de atividades administrativas (desconsiderando todo o histórico de lutas da categoria) para refletirem sobre suas ações tendo em vista que elas provocam “efeito cascata”, prejudicando o processo de resistência coletiva.

Neste sentido, convidamos a categoria para fazer a leitura da nota técnica aqui tratada a fim de compreender melhor a situação atual vivenciada por muitos profissionais, inclusive por colegas de Minas Gerais que estão respondendo processo administrativo disciplinar e/ou tiveram perdas financeiras decorrentes de avaliação de desempenho consideradas insatisfatórias pelo simples fato de defenderem a profissão e assumirem seus compromissos éticos com a classe trabalhadora. Na luta pela Previdência como direito, nossa profissão exige respeito! Por condições éticas e técnicas para o Serviço Social do INSS!

Leia também

[Parecer Jurídico CFESS nº 29/INSS- 2018 sobre as atribuições do cargo de Analista do Seguro Social com formação em Serviço Social, exercício profissional de assistente social e redução do tempo para a realização de avaliação social para a concessão de benefícios no âmbito do INSS.](#)

DESAFIOS DAS E DOS ASSISTENTES SOCIAIS DO INSS, EM MINAS GERAIS



A Portaria nº 21 de 25 de fevereiro de 2019 instituiu um Grupo de Trabalho no CRESS-MG, chamado de “GT Previdência Social” cujo objetivo é assessorar o Conselho na interface entre o Serviço Social e a Previdência. Este GT é composto por assistentes sociais/analistas do Seguro Social de Belo Horizonte, Contagem, Diamantina, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga, Ouro Preto e Teófilo Otoni.

Com apoio do CRESS-MG, pretende-se realizar um estudo acerca do exercício profissional da categoria em Minas Gerais com o objetivo de conhecer as dificuldades, enfrentamentos e conquistas das e dos profissionais. Após a análise dos dados, pretende-se levantar estratégias coletivas de intervenção com o intuito de ampliar a garantia de direitos junto às pessoas usuárias da Previdência Social. Por isso, sua participação é muito importante.

Neste primeiro momento, está sendo divulgado um questionário. Participe! É simples e não é preciso se identificar.

[CLIQUE AQUI PARA RESPONDER!](#)

BOLETIM CONEXÕES GERAES

Realização: Comissão de Comunicação
Projeto gráfico e diagramação: Dayane Reis
Redação: Marcela Viana (17.386 MG)
Assessora de Comunicação: Dayane Reis
Assessora Adjunta de Comunicação: Marcela Viana
comunicacao@cress-mg.org.br



GESTÃO LUTAR, RESISTIR E SONHAR:
NOVOS TEMPOS PARA O CRESS QUE
QUEREMOS